O Estado de S. Paulo

17/7/1985

Em Sertãozinho, mil 'bóias-frias' em greve

AGÊNCIA ESTADO

Mil cortadores de cana entraram em greve ontem em Sertãozinho, na região de Ribeirão Preto, para protestar contra o não cumprimento do acordo firmado entre usineiros e "bóias-frias" do interior paulista. A paralisação atingiu parcialmente seis usinas de açúcar e uma destilaria de álcool da região, mas os líderes do movimento prometem ampliá-lo hoje com a adesão de outras cidades. Cerca de 50 caminhões "pau-de-arara" foram bloqueados na madrugada de ontem no conjunto habitacional Antônio Pedro Ortolan, a principal saída de Sertãozinho, e os trabalhadores ficaram reunidos no local durante quase duas horas O único piquete não registrou nenhuma violência e foi acompanhado à distância por viatura da Polícia Militar.

"Os patrões não estão cumprindo praticamente nenhum dos 23 itens do acordo firmado entre a Fetaesp e a Faesp", denunciou um dos líderes do movimento, durante assembléia-relâmpago na praça rotatória do núcleo habitacional, o principal reduto de "bóias-frias" do município. Os cortadores de cana reclamam que as empresas não estão fornecendo uniformes, equipamentos de segurança e os instrumentos de trabalho, como ficou combinado. E dizem que a maior parte das usinas também não entrega o "pirulito", como é chamado o comprovante diário de produção.

Sindicalistas em Havana

HAVANA — O secretário-geral da Central de Trabalhadores de Cuba, Roberto Veiga, inaugurou ontem, em Havana, a conferência dos trabalhadores da América Latina e Caribe sobre a dívida externa e reiterou ser impossível pagá-la. Estão participando do encontro 313 delegados sindicais de 29 países, que durante três dias estarão debatendo a dívida externa do continente, que chega a 380 bilhões de dólares.

Roberto Veiga referiu-se ao fracasso dos esforços dos Estados Unidos e do sindicalismo norteamericano para boicotar a reunião de Havana.

Protesto dos securitários

O Sindicato dos Securitários de São Paulo encaminhou ontem documento ao governador Franco Montoro, repudiando a demissão de 22 funcionários da Companhia de Seguros do Estado de São Paulo. Segundo o vice-presidente do Sindicato dos Securitários, Domingos Alfredo de Castro, "as dispensas foram imotivadas e, inclusive, um funcionário foi demitido quando estava sob licença médica, recebendo telegrama de dispensa em sua residência".

Reivindicações dos bancários

Reajuste de 100% do INPC, aumento real de 10%, não desconto da antecipação de junho passado (de 25%), reposição trimestral, gratificação e estabilidade no emprego, além do piso de Cr\$ 1.300.000 para toda a categoria; esses são alguns itens que compõem a pauta de reivindicações dos 700 mil bancários de todo o País, que será entregue hoje ao presidente da República, José Sarney, ao governador do Estado de São Paulo, Franco Montoro, aos prefeitos das capitais e às autoridades trabalhistas.

Sindicatos e Inamps

Dirigentes sindicais do ABC ligados à Central Única dos Trabalhadores (CUT) reúnem-se amanhã, às 9 horas, com o superintendente do Inamps em São Paulo, Roberto Lago, para pedir ao Inamps que assuma o serviço assistencial oferecido pelos sindicatos aos trabalhadores por determinação legal. Pela proposta, os sindicatos forneceriam as instalações e equipamentos (já existentes) e o Inamps cuidaria da operação do serviço, incluindo salários e encargos dos funcionários. "É de responsabilidade do Estado o cuidado com a saúde do trabalhador", afirmou Anito Buzana, diretor do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo.

Adiada a assinatura

Foi adiada a assinatura do acordo entre os 32 sindicatos de metalúrgicos do interior do Estado — ligados à federação da categoria — e o Grupo 14 da Fiesp, que estabelece o índice de reajuste salarial a ser aplicado no trimestre (20,8%). A informação foi dada ontem pelo presidente da Federação dos Metalúrgicos do Estado de São Paulo, Argeu Egydio dos Santos, ao comentar que houve impasse quanto à redação do documento.

Inicialmente, a data prevista para assinatura do acordo era hoje, mas não se chegou a consenso sobre a redação de um item, ressalvando a aplicação de índice superior a 20,8% em caso de negociação direta em nível de empresa.

(Página 23)